CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Contrato com ONG de 'Dark Horse' coincidiu com acordo entre Bolsonaro e Ricardo Nunes – CartaCapital

Fonte original: CartaCapital. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	CartaCapital (cartacapital.com.br)
Autor	André Barrocal
Data de publicação	04/06/2026 14:17
URL original	https://www.cartacapital.com.br/politica/filme-de-terror/
Relevância	Média · Política · Reportagem
Pessoas citadas	Ricardo Nunes, Karina Gama, Mário Frias, Flávio Dino, Antônio Carlos Munuera Silveira, Ciro Nogueira, Lindbergh Farias
Organizações	Prefeitura de São Paulo, Complexsys, Fastfuture Tecnologias Emergentes, Supremo Tribunal Federal, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Secretaria de Comunicação, Banco Master
Data da coleta	29/09/2026 10:03
Situação	No ar · última verificação 25/11/2026 08:06
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• O instituto subcontratou ao menos cinco empresas para honrar o acordo com a prefeitura: Urban Connect Serviços e Tecnologia, Make One Tecnologia Digital, Ultra IP Tecnologia e Serviços, Complexsys Soluções Integradas e FastFuture Tecnologias Emergentes.

• Duas das contratadas, a Complexsys e a FastFuture, ficam no mesmo endereço.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / CartaCapital

RESUMO

A cronologia do contrato e das negociações do apoio de Bolsonaro à reeleição do prefeito Ricardo Nunes, do MDB, em 2024 mostra tamanha sincronia que é difícil evitar a desconfiança de que a aliança foi sedimentada com dinheiro dos contribuintes. Bolsonaro e Nunes almoçaram na semana anterior à assinatura do contrato. “Esse contrato foi a moeda de troca do apoio do Bolsonaro ao Ricardo Nunes”, diz o deputado federal Paulo Teixeira, do PT de São Paulo.

O filme sobre a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 é um abacaxi cada vez mais cascudo e azedo para o clã, em especial o filho mais velho do capitão, pré-candidato à Presidência da República. Daniel Vorcaro, dono do finado Banco Master, agora topa contar o que sabe a respeito do financiamento da obra na nova proposta de delação premiada negociada com autoridades em Brasília. A empresa produtora do filme e sua dona, uma evangélica militante do bolsonarismo, acabam de ser alvo de uma batida da Polícia Civil paulista e têm tudo para entrar na mira de autoridades federais. A principal linha de defesa da família Bolsonaro, o “zero um” Flávio à frente, é que a película foi bancada com recursos privados, daí não haver malfeito a ser investigado. Sobram pistas, no entanto, de existência de verba pública por trás da cinebiografia, uma peça de propaganda eleitoral programada para estrear em setembro. Entre as pistas está um contrato de 108 milhões de reais da prefeitura de São Paulo com uma empresa de Karina Ferreira da Gama, dona da Go Up, a produtora do filme. O acordo é o motivo da recente visita da polícia a Gama e ao Instituto Conhecer Brasil, ONG pertencente à mesma empresária e que foi escolhida pela prefeitura, sem licitação, para implantar 5 mil pontos de Wi-Fi pela cidade, plano até aqui não executado como combinado. A cronologia do contrato e das negociações do apoio de Bolsonaro à reeleição do prefeito Ricardo Nunes, do MDB, em 2024 mostra tamanha sincronia que é difícil evitar a desconfiança de que a aliança foi sedimentada com dinheiro dos contribuintes. Bolsonaro e Nunes almoçaram na semana anterior à assinatura do contrato. Era 14 de junho, uma sexta-feira. O capitão queria indicar o vice na chapa reeleitoral de Nunes e o seu preferido para a vaga, o coronel da PM Mello Araújo, participou do encontro. A aliança estava perto, mas ainda não seria selada. “Hoje não terá nenhuma definição. A gente vai ter um diálogo, uma conversa”, disse Nunes antes de se sentar à mesa. “Estamos começando bem esse diálogo para quando bater o martelo não ter gente que nos deixe”, comentou o ex-presidente após o

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

repasto. Teria a aliança entre o capitão e Ricardo Nunes sido sedimentada com dinheiro público? Na segunda-feira seguinte, 17 de junho, houve outro almoço importante na construção da aliança do bolsonarismo com o prefeito. Nunes recebeu o senador Ciro Nogueira, presidente do PP e ex-ministro da Casa Civil de Bolsonaro. O PP cobiçava a vaga de vice de Nunes, mas Nogueira acabou por concordar com a designação do coronel Araújo. No almoço estava o então secretário paulistano de Inovação e Tecnologia, Bruno Lima, que comandava o partido no estado de São Paulo. Caberia à pasta sob o controle de Lima contratar o instituto de Gama dali a três dias. Um dia depois desse segundo almoço, um parecer interno da secretaria chancelava a contratação do ICB. O processo seletivo havia começado apenas dois meses antes e contava com apenas um concorrente, a ONG de Gama. O parecer de 18 de junho de 2024 foi assinado pela então coordenadora de Inclusão Digital e Projetos da pasta, Carolina Mazoni Bioto, funcionária de confiança de Lima, não uma servidora de carreira. Bioto o assessorou tanto na Assembleia Legislativa de São Paulo quanto na Câmara dos Deputados em Brasília. Ela não apenas assinou o parecer que atestava a conformidade do contrato com o ICB como a designação dela mesma como gestora do acordo. Gama experimentou sucesso fulminante nos últimos anos Um dia após o parecer, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, fez aniversário. E promoveu um jantar no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, que serviria como outra etapa na formação de uma grande aliança do direitismo pela reeleição de Nunes. Foram ao convescote Nogueira e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, entre outros. A definição do vice continuava pendente. Mello Araújo estava no Bandeirantes, ficou definido que a vaga seria ocupada por quem Bolsonaro quisesse, mas ainda não havia chegado a hora de bater o martelo. Horas antes da festa, a contratação do ICB pela prefeitura avançava outra casa. O chefe de gabinete de Lima assinou um documento que validava as conclusões de Bioto. Rubricou ainda duas notas de empenho para liberar de imediato 25 milhões de reais à ONG de Gama. Roger Willians da Fonseca, o dono da rubrica, é do universo da política. Trabalhou para o PSDB na Assembleia Legislativa paulista no governo de João Doria Jr., antecessor de Freitas, depois foi da Casa Civil do tucano. Em 20 de junho de 2024, um dia depois do aniversário do atual governador, selou o contrato de 108 milhões com o ICB. Em 24 horas, Mello Araújo era oficializado como vice na chapa do prefeito. “Esse contrato foi a moeda de troca do apoio do Bolsonaro ao Ricardo Nunes”, diz o deputado federal Paulo Teixeira, do PT de São Paulo. “A prefeitura de São Paulo lamenta a ilação sem qualquer fundamento e o jornalismo irresponsável de CartaCapital, que busca criar uma narrativa fantasiosa envolvendo uma política pública consolidada que beneficia diretamente a população da periferia da cidade”, respondeu Nunes à reportagem, por meio de uma nota enviada pela Secretaria de Comunicação. Segundo a nota, a coincidência cronológica apontada pela reportagem é “descabida”, pois o processo seletivo tinha começado dois meses antes do contrato, em abril de 2024. Bolsonaro e Nunes flertavam mutuamente ao menos desde o fim de 2023, antes do casamento político, do processo seletivo e do contrato com o ICB. Enquanto negociações políticas corriam na superfície, a contratação era preparada no subsolo. No dia da batida policial no ICB e na casa de Gama, o prefeito negou a conexão entre a película e o contrato da prefeitura. Disse que o filme foi gravado depois do contrato. E, apesar de a operação ter sido conduzida pela polícia sob o comando do aliado Freitas, recorreu ao velho chavão da “perseguição política”. A Polícia Civil aponta “consistentes suspeitas” de que os recursos repassados pela prefeitura à Go Up custearam a produção de Dark Horse A engrenagem da cinebiografia havia sido disparada na verdade em 2023. O deputado federal e ex-ator Mario Frias, secretário de Cultura do governo Bolsonaro, tinha um roteiro pronto e o havia negociado com Eduardo, o filho do capitão “autoexilado” nos Estados Unidos. Ambos haviam firmado, entre o fim de 2023 e o começo de 2024, um contrato com a Go Up para tirar o enredo do papel, conforme revelado pelo site The Intercept Brasil. Segundo a Polícia Civil paulista, “há consistentes suspeitas” de que “os recursos públicos do programa ‘Wi-Fi Livre SP’ tenham sido desviados para custear as atividades de produção do referido filme, utilizando as contas das empresas subcontratadas e das demais organizações sociais

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

geridas pela investigada para a lavagem dos valores desviados do Erário de São Paulo". Foi o que escreveu o delegado Antônio Carlos Munuera Silveira, em 25 de maio, ao pedir à Justiça estadual um relatório de inteligência financeira sobre contas e movimentações financeiras do ICB e de Gama desde 20 de junho de 2024, a data do contrato com a prefeitura. Esse tipo de relatório é feito pelo Coaf, órgão federal de combate à lavagem de dinheiro. Na solicitação, à qual a reportagem teve acesso, Silveira diz que a pesquisa é necessária, pois, até aquele momento, a secretaria municipal responsável pelo contrato não havia prestado nenhuma informação requerida pela polícia. De acordo com o inquérito, a prefeitura topou pagar três vezes mais por um serviço que poderia ser oferecido pela estatal municipal de tecnologia, a Prodam. E gastou 26 milhões de reais por atividades que ficaram no papel. Uma descoberta policial é emblemática. O instituto subcontratou ao menos cinco empresas para honrar o acordo com a prefeitura: Urban Connect Serviços e Tecnologia, Make One Tecnologia Digital, Ultra IP Tecnologia e Serviços, Complexsys Soluções Integradas e FastFuture Tecnologias Emergentes. Pulverizar o escoamento do dinheiro dificulta o rastreio. Duas das contratadas, a Complexsys e a FastFuture, ficam no mesmo endereço. Outra, a Urban, chamava-se ALBS e depois passou a ser Favela Conectada, antes do batismo atual. Seu dono original, Alex Leandro Bispo dos Santos, deixou a empresa no início do ano. Foi preso em fevereiro, acusado de matar a mulher ao atirá-la do alto de um prédio. Frias, como deputado, reservou 2 milhões de reais em emendas para a ONG fundada pela produtora do filme. Os investigadores apuram se recursos públicos financiaram a conspiração de Eduardo A pulverização dos recursos via subcontratações, e a suspeita de que se trata de disfarçar o destino do dinheiro, é uma das razões para o deputado federal Lindbergh Farias, do PT do Rio de Janeiro, ter solicitado ao Supremo Tribunal Federal uma investigação da PF e da PGR sobre Gama e seus empreendimentos. A requisição foi enviada ao ministro Flávio Dino, relator de uma ação sobre falcatruas com emendas parlamentares e de um inquérito aberto recentemente contra Frias. O deputado é o padrinho de 2 milhões de reais em emendas para o ICB, verba reservada no orçamento federal em 2024 e paga em 2025. O deputado federal é a conexão do contrato em São Paulo com o STF. Gama trabalhou para a campanha do parlamentar na última eleição e tinha tido portas abertas pelo cliente quando o ex-ator era secretário de Cultura do governo Bolsonaro. Naquela requisição à Justiça de um relatório do Coaf sobre a produtora e suas empresas, Munuera anotava que a investigada "possui conexões comerciais no exterior", como uma espécie de filial da Go Up, a produtora do filme sobre Bolsonaro, nos Estados Unidos. O fato, avalia o delegado, "indica elevado risco de evasão de divisas e ocultação patrimonial definitiva". Essa filial é suspeita de apoiar financeiramente a conspiração de Eduardo Bolsonaro nos EUA contra o Brasil. O complô teria tido duas fontes: Gama, a partir do contrato do ICB com a prefeitura de São Paulo, e Vorcaro. A tramoia levou o filho 03 ao banco dos réus. O deputado cassado será julgado pelo Supremo em 16 de junho por coação no curso do processo. • Publicado na edição nº 1416 de CartaCapital, em 10 de junho de 2026. Este texto aparece na edição impressa de CartaCapital sob o título 'Filme de terror'

Bolsonaro | Daniel Vorcaro | flávio bolsonaro | ricardo nunes

Fonte original: https://www.cartacapital.com.br/politica/filme-de-terror/ · Coletado em 29/09/2026 10:03 · Gerado em 28/11/2026 00:00

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.